

HABEAS CORPUS Nº 514.921 - SP (2019/0166547-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PAULA BARBOSA CARDOSO - SP241325
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GILVAN HENRIQUE MARTINS DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de GILVAN HENRIQUE MARTINS DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Criminais deferiu pedido de progressão de regime formulado em favor do sentenciado.

Inconformado, o Ministério Público interpôs agravo em execução perante o TJSP, que negou provimento ao recurso em *decisum* assim ementado (e-STJ fl. 19):

Agravo em Execução. Deferimento de regime semiaberto. Recurso do Ministério Público pretendendo que seja cassada a decisão pelo demérito subjetivo do sentenciado, a fim de que seja realizado exame criminológico. Necessidade de exame criminológico por equipe multidisciplinar para adequada análise quanto ao mérito subjetivo. Agravo provido.

No presente *writ*, alega a Defensoria Pública que o apenado "cumpre pena de 7 anos de reclusão pela prática de crimes comuns: roubo e tráfico privilegiado. Preso desde o flagrante (...) Resgatado lapso necessário à progressão ao regime semiaberto aos 01/07/2018 e comprovado o bom comportamento carcerário, foi promovido ao regime intermediário aos 15 de abril de 2019".

Afirma que "os argumentos erigidos pelo E. Tribunal de Justiça paulista reformar a decisão de primeiro grau consubstanciaram-se na gravidade em abstrato dos delitos praticados pelo sentenciado, na longevidade da pena a

ele imposta e no fato de GILVAN não ter trabalhado ou estudado no presídio" (e-STJ fl. 6).

Aduz que "a longevidade da pena e a gravidade em abstrato dos delitos praticados pelo sentenciado, isoladamente e dissociados de qualquer fato ocorrido durante o cumprimento da reprimenda necessário à satisfação do requisito objetivo, não são fundamentos idôneos a justificar quer o indeferimento da progressão almejada, quer seja determinada a realização de exame criminológico" (e-STJ fls. 6/7).

Requer, assim, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que o paciente seja recolocado no regime semiaberto.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, **verifico manifesto constrangimento ilegal** apto a justificar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, sobre a matéria debatida nos autos, esta Corte Superior de Justiça pacificou entendimento no sentido de que fatores relacionados ao crime praticado são determinantes da pena aplicada, mas não justificam diferenciado tratamento para a progressão de regime, de modo que a avaliação do cumprimento do requisito subjetivo somente poderá fundar-se em fatos ocorridos no curso da própria execução penal.

Nesse sentido, confirmam-se, a título exemplificativo, os seguintes julgados: HC 308.399/SP, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 02/06/2015, DJe 11/06/2015; HC 310.232/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 24/03/2015, DJe 10/04/2015; AgRg no HC 304.495/SP,

Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/02/2015, DJe 02/03/2015; HC 293.882/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 21/08/2014.

In casu, verifica-se que a Corte de origem, em desacordo com a jurisprudência firmada por este Tribunal, cassou a progressão de regime deferida pelo Juízo das Execuções Criminais com fundamento, tão somente, na gravidade do crime praticado pelo sentenciado e na longevidade da pena a cumprir.

Ante o exposto, **defiro a liminar** para suspender o acórdão impugnado, e, em consequência, restabelecer, até o julgamento do mérito do presente *mandamus*, a decisão do Juízo da instância primeira, concessiva da progressão do apenado ao regime semiaberto.

Comunique-se, com urgência.

Devidamente instruído feito, dispenso as informações de praxe.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator